

Ata n.º 5

**Reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)
(Ordinária)**

No dia 13 de dezembro de 2022, pelas 10h00, na sala 9 da CIM RC, reuniu o **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)** da Região de Coimbra convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), Emílio Torrão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação da Ata n.º 4, 14 de junho de 2021;
- 2 – Missão para as alterações climáticas da UE- Região de Coimbra;
- 3 – Região Metropolitana de Coimbra;
- 4 – Outros Assuntos.

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), Emílio Torrão, fez circular a lista de presenças para assinaturas dos presentes, que se junta como anexo à presente ata, tendo-se verificado a existência do *quórum* necessário.

O Presidente do CI agradeceu a presença de todos dando início à reunião.

- 1 - Aprovação da Ata n.º 4, 14 de junho de 2021;

O Presidente do CI colocou à discussão e aprovação da ata n.º 4, de 14 de junho de 2021 não tendo sido suscitadas, pelo CEDI, quaisquer correções à mesma.

O Presidente do CI colocou a ata n.º 4, de 14 de junho de 2021, a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade de acordo com as presenças na referida sessão.

- 2 – Missão para as alterações climáticas da UE- Região de Coimbra;

O Presidente do CI informou que se realizou ontem, no Convento de São Francisco, uma reunião de divulgação sobre o financiamento de projetos de adaptação climática em Coimbra, coorganizada pela Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Banco Europeu de Investimento. Deu nota que a CIM RC foi a primeira a ser escolhida para esta sessão técnica a nível da europa e que a mesma foi muito produtiva. Foram apresentados os resultados dos trabalhos desenvolvidos nesta área e foram manifestados os contributos para uma melhor viabilização de todos os processos de

candidatura. Referiu que o representante da Comissão Europeia ficou bastante agradado e quer conhecer com maior profundidade o trabalho desenvolvido, tendo surgido um conjunto de oportunidades que não serão de todo desperdiçadas por esta CIM.

Garantiu a colaboração com qualquer entidade no sentido de esclarecer e estabelecer as pontes necessárias para o apoio a candidaturas ou integração de contributos para o desenvolvimento de qualquer projeto.

O Secretário Executivo Intermunicipal fez o enquadramento e de seguida apresentou detalhadamente o Projeto, tendo afirmado que a Região de Coimbra se encontra em linha com os objetivos estratégicos do Pacto Ecológico Europeu e empenhada em adaptar estes desafios à sua realidade territorial.

Salientou que a CIM RC foi das primeiras regiões do país a implementar um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas, sendo que deste instrumento já se implementaram mais de 10 milhões de euros em ações e projetos. Aludiu aos setores críticos para enfrentar as mudanças climáticas solicitando que usem a CIM para “canal de diálogo” para acesso aos mecanismos de apoio e acesso a informação nomeadamente encaminhamento para fora dos programas nacionais.

O Presidente do CI mostrou total disponibilidade para acolher os contributos passando a palavra aos conselheiros.

Tomou a palavra António Santos, representante da AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, dizendo que esta matéria é cara a este GAL enquanto entidade gestora de verbas incluiu nas grelhas de avaliação de candidaturas elementos que valorizam aspetos de eficiência energética. Do ponto de vista ambiental prestam apoio aos projetos de investigação da UC. Sobre a mobilidade e energia afirmou que desde 2009 já possuem dispositivos de produção de energia (140 painéis solares e viaturas elétricas) e são autossuficientes. Realçou a prática corrente da ADELO e mostrou-se muito interessado na partilha de informação desta temática.

Interveio Miguel Torres, da ADICES – Associação de Desenvolvimento Local, saudando a iniciativa e destacando a vontade de articulação entre todos os envolvidos neste processo. Deu nota da construção da estratégia de desenvolvimento para o próximo Quadro, da prevenção dos fogos rurais e o papel essencial de prevenção da micro agricultura.

Do IPN tomou a palavra o Presidente, João Gabriel Silva, recordando que esta região tem condições favoráveis para se tornar praticamente independente em termos de fontes de energia renováveis, da necessidade de coordenação por parte das comunidades energéticas. Salientou a falta de intervenção na questão do armazenamento de energia para atenuar as intermitências das energias renováveis.

Tomou a palavra Alexandra Rodrigues, representante da CCDRC, felicitando a CIM RC por ter aderido a este desafio lançado pela UE, revelando que a Região Centro não aderiu de imediato pois considerou o inquérito seria formatado para as necessidades dos territórios numa escala mais micro encontrando-se atualmente no processo de adesão. Reforçou que está envolvida num projeto de grande escala nível europeu em que irá haver um número reduzido de projetos piloto e um deles será na região centro numa parceria entre a CIM RC e a CIM MT focado nestas preocupações das alterações climáticas. Deu nota da participação da CCDRC na primeira reunião interministerial realizada em Lisboa em novembro passado e das reuniões seguintes, tendo ficado o desafio do lançamento de uma plataforma para reuniões regulares sobre cada uma das missões estando prevista a participação da CCDRC.

Interveio Regina Pinto, da Coimbra Mais Futuro (CMF), dizendo que por muito louváveis que sejam os projetos piloto não se podem esperar os resultados para atuar, coloca a questão da necessidade de agir perante as diferentes áreas pertinentes nesta discussão, quais as atitudes de prevenção e a necessidade de agir de imediato. Na avaliação dos projetos entende que a CMF incorporou preocupações de natureza ambiental e pretende ir mais longe. A CMF encontra-se para trabalhar nas matérias a nível alimentar, entende que pode ter um papel importante na disseminação de boas práticas junto de diversos operadores.

Por seu lado António Russo, representante da Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego (ABOFHBM), questionou sobre a energia e a água e lembrou a falta de capacidade do território do Baixo Mondego (BM) para instalar as unidades fotovoltaicas. Entende que se deve transformar os recursos hídricos da bacia hidrográfica para outras utilizações, recordando que apenas 11% das afluências gerada na bacia do BM estão com capacidade para ser armazenadas e utilizadas. Que se desperdiça uma oportunidade de produzir energia, proteger contra cheias e satisfazer as necessidades dos utilizadores da bacia. Destacou o problema do Ceira. A Associação está disponível para colaborar no que for necessário para se avançarem com novos projetos.

Interviu Jorge Conde, Presidente do IPC revelando já existirem estudos sobre estas matérias faltando a sua aplicação e uma liderança e gestão conjunta de cada um dos temas, destacando o tema das florestas e a sua reflorestação. Entende que se perdem grandes oportunidades dada a falta de articulação e falta de liderança para concretizar uma mega candidatura em vez de várias e mais pequenas. Refere que a capacidade de diagnóstico estará feita e que unindo o esforço de todos os parceiros da área da investigação e ensino e outros *players* é possível avançar em cada um dos setores com uma lógica mais macro de toda a região. Deixa o desafio. O Presidente do CI prestou alguns esclarecimentos afirmando que esta CIM já se assume como pioneira e líder na persecução de uma estratégia e plano apesar de todas as condicionantes que enfrenta a nível governamental dada a centralidade e daí a dificuldade em articular uma estratégia entre todos. Indicou as intervenções desenvolvidas por esta CIM na área das alterações climáticas e daí o reconhecimento da UE. Reiterou a vontade para acolher novas parcerias e bons projetos a fim de prosseguir com o trabalho desenvolvido nestas matérias outras como é o caso do tema do mar.

O Secretário Executivo Intermunicipal enfatizou que os domínios de posicionamento têm de ser ganhos, recordou a título de exemplo que nas verbas do PART 86% são alocadas às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e o restante 14% para o resto do país. Recordou a execução

do plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas de mais de 14 milhões de euros. Aludiu às questões relacionadas com as intervenções do projeto implementado do EEA Grants Ceira, com os estudos relativos às CER e as questões relacionadas com a mobilidade.

O assunto mereceu troca de impressões e de experiências bem-sucedidas por parte dos presentes tendo sido reconhecido por todos que a maior concentração de fundos está nas áreas metropolitanas.

O CEDI tomou conhecimento.

3 – Região Metropolitana de Coimbra;

O Presidente do CI explicou que a CIM RC se encontra a trabalhar intensamente neste desígnio, a densificar a parceria de conhecimento com todos os atores da Região e acredita que daqui surgirão mais contributos para o processo ser ainda mais coeso e forte. Saliu a coesão existente entre todos os municípios que compõem esta CIM na concretização desta vontade.

O Secretário Executivo Intermunicipal, apoiado com uma apresentação para melhor perceção do exposto, começou por explicar o conceito, recordou que foi com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Região de Coimbra perspetivada a ambição de se afirmar como Região Metropolitana, explicou as diferenças entre área e região metropolitana, sendo esta última considerada como uma região no sentido geográfico uma vez que em termos territoriais a sua extensão é, conseqüentemente, mais ampla do que a da área metropolitana.

Aludiu ao potencial da Região de Coimbra enquanto Região Metropolitana e à adesão à METREX – The Network of European Regions and Area. Detalhou as áreas de especialização da Região de Coimbra.

Esclareceu que de acordo com o Eurostat a tipologia de Regiões Metropolitanas é uma classificação europeia de regiões NUTS II, que corresponde a uma aproximação às grandes áreas metropolitanas ou áreas urbanas funcionais (cidades e áreas contíguas em que ocorrem os movimentos pendulares/deslocações casa-trabalho) com aglomerações populacionais de 250 mil ou mais habitantes.

Seguiu-se um período de discussão do assunto tendo ficado **deliberado solicitar ao Srs Conselheiros os importantes contributos formais relacionados com a criação da “Região Metropolitana de Coimbra” medida decisiva para futuro da Região.**

4 – Outros Assuntos.

Não foi abordado qualquer assunto por parte dos Srs. Conselheiros.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, Emílio Torrão e pela Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que secretariou a reunião.

Coimbra, 13 de dezembro de 2022

O Presidente do Conselho Intermunicipal
da CIM Região de Coimbra

(Emílio Torrão)

A Chefe de Divisão que secretariou a reunião

(Paula Silvestre)